

# 35 Sarney: "Não há recessão"

O presidente José Sarney rebateu ontem, no programa semanal "Conversa ao pé do rádio", as notícias de que há sinais de recessão no País. "Não há esse perigo", disse. Assegurou ainda não existirem motivos para inquietações. O crescimento do País, segundo o presidente, "é um compromisso da Nova República".

Para fazer frente aos indicadores de que a recessão volta a rondar a economia nacional, Sarney citou os indicadores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que mostram crescimento significativo nas operações de investimentos. Em janeiro, de acordo com ele, foram aprovados 1.968 projetos em fevereiro, 2.796 e, em março, 3.259 — "o que mostra um crescimento bastante razoável, aliás muito grande, dos projetos de investimentos aprovados". Este ano, o número de projetos já ultrapassa os do ano passado, conforme revelou o presidente.

O presidente garantiu que há uma "grande vontade" de governar acertando. Mas, comparou, mesmo um pai de família tem dificuldades de governar o seu lar. "Mas se temos problemas, vamos



"Venceremos os problemas"

vencê-los, porque este país não foi feito para os pessimistas nem para os desânimos" — prosseguiu.

Para que o País mantenha o crescimento, afirmou o presidente da República, as exportações devem receber estímulos, tendo sido esta a razão da reinstalação do Conselho do Comércio Exterior (Concex). Dirigindo-se aos exportadores no programa de rádio, Sar-

ney disse que para importar mais é necessário exportar um volume maior. "O mercado dinâmico internacional se realiza justamente na exportação e importação. Portanto, esse é um setor que nós agora estamos reativando com todo vapor."

No programa, Sarney explicou ainda a mensagem enviada ao Congresso Nacional, no início da semana, propondo o teto mínimo de Cz\$ 1.300,00 para cerca de 4 milhões de aposentados e pensionistas que recebem benefícios abaixo do salário mínimo. O presidente disse que irá propor também a reposição dos valores das aposentadorias e pensões que ficaram defasados em relação à política salarial de trabalhadores ativos no período de 1979 a 1984. (Brasília — Agência Estado).